

1



PREFEITURA DE SANTOS

Gabinete do Prefeito

2

3

ATA DA REUNIÃO DE COORDENAÇÃO REDE FAMÍLIA DE MAIO 2017

4

REUNIÃO NO TERRITÓRIO DO DIQUE DA VILA GILDA

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

Aos quinze dias do mês de maio de 2017, às 9 horas e 30 minutos, no Centro de Convivência São José, sito à Rua Tenente Durval do Amaral, 366, Rádio Clube, Santos/SP, a senhora coordenadora Taís Pereira Aguiar iniciou os trabalhos pelos seguintes Itens: Apresentação dos membros e convidados, em seguida **leitura da ata do mês anterior** disponibilizada para publicar no Portal dos Conselhos. **Proposta Rede Família na Região Dique:** A Senhora Taís Aguiar explicou que o motivo da reunião acontecer no território do Dique da Vila Gilda é o resgate do Programa Rede Família com foco no território chamando os serviços envolvidos da região para que coloquem suas necessidades e expectativas quanto ao Rede Família para trabalhar junto as entidades nos espaços e serviços compreendidos e oferecidos na área. Senhor Paulo Marco observou que a vulnerabilidade aparece na escola, mas não fica somente dentro dela; acompanha o bairro a localidade onde mora o discente e a comunidade em geral, colocou que devemos aproveitar esse encontro de mobilização no território não só para ouvir as reclamações, mas também buscar o conhecimento popular como alternativa de melhorias para o bairro como eventos culturais, saúde e lazer que **envolva** a comunidade e modifique as ações do indivíduo. A Senhora Sandra Machado comentou a dificuldade que a rede tem de conversar para resolver os problemas e alguns serviços não comparecem as reuniões para se representar como por exemplo a COHAB que tem uma demanda de noventa e cinco por cento dos casos, concluiu que se a habitação não estiver presente para dar uma explicação ou orientar melhor não teremos uma direção segura a seguir. A Senhora Taís esclareceu que os representantes indicados pela Resolução Normativa Integrada 001/2004 tem representatividade diferente dos representantes dos territórios convidados. A Senhora Magali disse que a vulnerabilidade vitimiza não só a família, mas também a área em que vive porque não oferece alternativa de fortalecimento, o vínculo com a necessidade de auxílio e serviços Municipais permanecem. A Senhora Luana De Maria comentou que é preciso integrar a habitação nas questões de territórios porque as famílias recebem as moradias, vendem ou alugam e voltam para onde saíram e a Prefeitura continua a fornecer auxílio aluguel sem controle para quem já foi atendido pelo serviço de habitação, pontuou também que a seção responsável pela fiscalização do local desocupado deveria fazer a vigilância permanente para que não haja mais invasões naquela área e o serviço de assistência fazer o acompanhamento das famílias. O Senhor Leônidas explicou que é

34 feito reuniões com as famílias contempladas sobre os gastos que passarão assumir e as regras de
35 convivências em condomínio que deverão seguir, observou que a realidade é diferente, esclareceu
36 que feito um levantamento das famílias que receberam as habitações, vinte e cinco por cento
37 permaneceram por aproximadamente três meses no local e depois venderam ou locaram as unidades
38 por não se identificarem com as condições de vida em condomínio com as despesas fixas a pagar
39 (como água, luz, condomínio, manutenção predial) podendo os custos chegar a setecentos reais
40 trazendo um choque de realidade para quem estava acostumada a pagar uma taxa de água e luz de
41 trinta e cinco reais. A Senhora Luana explicou que a mudança de local traz transtorno para todos
42 como falta de vagas nas escolas ou creches porque a área que recebeu não conseguiu absorver a
43 demanda, a criança mudou de bairro mais continua matriculada no bairro de onde saiu e em dias de
44 chuva o índice de faltas das crianças e adolescentes cresce muito nas unidades escolares. A Senhora
45 Sandra comentou sobre a denúncia de que existem pessoas que migraram de outras áreas para se
46 beneficiar da situação porque o sistema que controla é falho e não tem controle do número de
47 famílias existentes, isso acabou acarretando problemas na distribuição dos imóveis e quem deveria
48 ser atendido não foi ficando de fora do auxílio aluguel ou da lista de apartamentos, concluiu que o
49 Município possui política pública para habitação mais não funciona adequadamente. A Senhora
50 Magali esclareceu que em casos de incêndio cada setor tem a sua competência (saúde, cohab,
51 educação e assistência) o cadastro é feito pela SEAS no primeiro momento, após é a COHAB que
52 faz a identificação e a investigação para encaminhar o auxílio aluguel e a partir desse momento
53 cabe ao CRAS acompanhar e assistir àquelas famílias dentro da situação momentânea. A Senhora
54 Taís sugeriu convidar para a próxima reunião um representante da habitação. A Senhora Magali
55 argumentou que é necessário identificar primeiro quem está presente para saber quem são as
56 pessoas que compõem o território para fortalecer o núcleo, e a habitação precisava complementar a
57 composição do grupo. A Senhora Luana sugeriu a participação de um representante da saúde mental
58 e a possibilidade de criar uma SECERPA na área da Zona Noroeste para facilitar a locomoção dos
59 adolescentes encaminhados porque os casos são enviados para a rua Campos Melo. O Senhor
60 Trajano pontuou que o Programa Santos Novos Tempos tem planos de terminar as estações
61 elevatórias e comportas para a região após a desocupação da área, mas com a saída do Banco
62 Mundial houve a necessidade de rever as prioridades e fazer novo financiamento com a empresa de
63 dragagem para terminar o projeto e isso gera morosidade na conclusão da obra. O Senhor Trajano
64 pontuou que a falta de planejamento planejar é prever o “futuro” porque na execução de uma obra
65 tudo depende de licitação e pode acontecer várias situações que não foram previstas, um exemplo é
66 o hospital dos Estivadores que teve vários problemas. O Senhor Alessandro comentou que a política
67 pública não vai mudar alguns pilares e que encontraremos dificuldades e problemas para resolver
68 as ações sociais no âmbito do rede família, mas o Programa pode ser um agente provocativo para

69 equilibrar as políticas públicas de forma mais participativa e profissionalizada. A Senhora Taís
70 esclareceu que o Rede Família engloba as políticas públicas de cada secretaria que permeia todos os
71 conselhos Municipais e não podemos fugir da proposta do que é a Rede Família. O Senhor Paulo
72 Marco comentou que há falta de registro de dados que atenda o território a partir das realidades e
73 das queixas dos envolvidos para pesquisas futuras e ao recomeçar algum projeto é preciso iniciar e
74 todo trabalho e experiência do grupo se perdendo desmotivando os envolvidos. Pensando em gerar
75 dados, o senhor Paulo Marco apresentou o Apontamento Sistemático de acordo com a reunião
76 como forma de direcionamento do que foi discutido hoje gerando informação para alimentar o
77 Plano de Ação apresentado pelo Grupo de Trabalho. A Senhora Taís propôs aos participantes
78 responder duas questões como forma de apresentação do grupo esclarecendo: quem sou, o que faço
79 para apresentar no próximo encontro. **levantamento de ofícios:** A Senhora Taís justificou que os
80 casos resolvidos rapidamente são os de referência contra referência, os enviados por ofícios a
81 revisão é mais complexa porque casos enviados em 2003 que não tiveram fim ainda, concluiu ser
82 melhor monitorá-los a partir do ano de 2017. **Instrumental:** Apresentado como sugestão paralela
83 de acompanhamento por uma coordenação dos casos discutidos no Redinha objetivando orientação
84 ou continuidade no atendimento ou não. **Portal do Conselhos:** A senhora Taís informou que a
85 solicitação de inclusão do botão REDE na página inicial foi atendido. **Assuntos gerais:** A Senhora
86 Taís informou que o REDE família foi convidado para participar da Justiça Restaurativa que tem
87 como prática o olhar de dentro para fora tanto de pessoa quanto de ambiente para discutir e resolver
88 conflitos, esse olhar passa a integrar as práticas do Judiciário. O Senhor Roberval apresentou a Ong.
89 ISBET que tem por objetivo a colocação do jovem em seu primeiro emprego ofertando a
90 oportunidade na forma de jovem aprendiz, após fazer um cadastro na Organização e surgindo a
91 vaga encaminham o jovem para entrevista na empresa. A Senhora Taís complementou que a Ong.
92 ISBET está registrada no CMDCA dentro das nove entidades formadora no projeto aprendiz.
93 Informou também que haverá um seminário em 12 de julho para divulgação das entidades
94 formadoras explicando quem são, onde procurar e qual é o público de jovens que atende e
95 abrange. Terminada as exposições às 12 horas e 09 minutos eu, Maria do Carmo Sofia de Paula,
96 lavrei e assisti a presente ata. **Entidades convidadas:** CRAS Rádio Clube, SCFV Centro de
97 Convivência São José, SCFV Centro da Juventude, UME Prof. Pedro Crescenti, UME João Inácio
98 de Souza, Creche/Escola Mundo Novo, Creche Comunitária Cantinho da Criança, Escola Estadual
99 Prof. Francisco Meira, UBS Rádio Clube, Arte no Dique, Associação Mãos Entrelaçadas e Projeto
100 Querô. **Presentes:** Sílvia Ventura Ribeiro Duarte/COMESP; Maurício Pereira Urbano/CERZNO;
101 Leônidas Carvalho Aragão/SEMES; Caio Morando/CRAS-RC; Roberval de Oliveira/ISBET-ONG.;
102 Sandra M. Machado/CRAS-RC; Josevania Aldey S./CRECHE Cantinho Rádio Clube; Magali
103 Leite de Freitas/DEPROS-B-PMS; Jeferson Dantas Ribeiro; Paulo Marco de C.

104 Gonçalves/SEMAM; Luis Trajano de Oliveira/SIEDI; Alessandro B. Zuffo/DEARTI-SERIC;
105 Cynthia Marai de Carvalho M. Costa/Diretoria Regional de Ensino Região de Santos; Luana De
106 Maria/Conselheira Tutelar-CTZN; Sônia Aparecida Santana/SEPACOM; Maria do Carmo Sofia de
107 Paula/SERIC. **Ausências Justificadas:** César Antonio Zangrande/OTC; Sandyara L. de
108 Araújo/NAPNE; Mariana Munayer/SETUR; Alessandra de Souza Franco/SEGES; Cláudia
109 Parra/Creche Cantinho; Elza Pereira Santos/COMMULHER; Rogério de Olivera Guedes/SERIC;
110 Suzete Faustina dos Santos/DEARTI-SERIC; Maria Anunciação J. Lourenço/ SMS. **Ausências:**
111 Sérgio Amaro A. Bonavides/SESERP; Roberto de Moura/CMSS; Marcos Neves Fernandes;
112 Cristiane Zamari Diogo/CONDEFI; José da Conceição Carvalho Neto/CMJ; Mário Ferreira/CTZC;
113 Elen Lemos/CTZL; Ari Lopes Junior/Mãos Entrelaçadas; Sandra Maria S. Petty/SECULT; Lilian
114 Gonzalez Marques/Câmara; Flávia Valentino/CMAS/CMI; Maria Lucia de S. Oliveira/SEDUC.
115 **Observação:** consta anexa a esta ata a lista com os nomes e assinaturas dos representantes acima
116 mencionados e tópicos da reunião de 15-05-2017.